

Compulsório de turista não volta

Brasília — Não há escolha: todo os consumidores que utilizarem álcool ou gasolina e comprarem carro com menos de quatro anos de uso se transformam, automaticamente, em cotistas do Fundo Nacional de Desenvolvimento por três anos e passam a ser "sócios compulsórios". Para o comprador de passagens aéreas e dólares para viagens ao exterior, o acréscimo de 25% no preço vai para o Fundo, mas não dá direito a cotas.

Está decidido que o pagamento por cotas será pela média nacional do consumo de combustível. Assim, quem consumir mais vai receber menos e quem estiver abaixo da média

nacional obterá ganhos. O economista Pérsio Arida explicou que esta diferença equivale a dizer que "a rentabilidade do fundo é menor para os que gastarem mais gasolina e maior para os econômicos. É um estímulo adicional para diminuir o consumo".

— Seria caríssimo e até impraticável identificar cada consumidor. Por isso, o governo optou pela média de consumo nacional — justificou o diretor da Dívida Pública do Banco Central, economista André Lara Resende. Dos Cz\$ 600 bilhões anuais com que o governo conta para manter o Fundo, cerca de Cz\$ 50 bilhões serão arrecadados só com os depósitos compulsórios.

Anualmente, o usuário receberá um extrato mostrando sua posição no Fundo: quanto contribuiu, qual o retorno das aplicações, que será semelhante aos rendimentos da caderneta de poupança. Esta posição deverá ser declarada no Imposto de Renda junto com os demais bens (imóveis, veículos). Depois de três anos, deverá declarar também a quantidade de cotas. As cotas não poderão ser trocadas por dinheiro, apenas negociadas entre os cotistas.

Além dos cotistas compulsórios, o fundo terá como sócio os compradores de ações das companhias estatais.